

## DE FERIDA A CICATRIZ: A PERSISTÊNCIA DO TRABALHO ESCRAVO NO MUNDO DOS AGRONEGÓCIOS

Lucília Maria Sousa ROMÃO<sup>1</sup>  
Soraya Maria Romano PACÍFICO<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo pretende investigar, à luz da Análise do Discurso de linha francesa, como o discurso jornalístico silencia e/ou faz retornar alguns sentidos sobre o trabalho escravo. Também nos interessa refletir acerca do papel da memória na interpretação dos sentidos dos textos, inscritos socialmente, a partir de regiões de poder definidas em uma conjuntura histórica dada. O *corpus* coletado para análise constitui-se de reportagens jornalísticas e cartuns materializados nas páginas da Folha de S.Paulo, de 2004, bem como recortes da obra literária *Lavoura Arcaica*, de Raduan Nassar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Interdiscurso; sentido; ideologia; silenciamento; discurso jornalístico; trabalho escravo.

*“Existe um povo que a bandeira empresta  
Pra cobrir tanta infâmia e cobardia!...  
E deixa-a transformar-se nessa festa  
Em manto impuro de bacante fria!...  
Meu Deus! meu Deus! mas que bandeira é esta,  
Que impudente na gávea tripudia?  
Silêncio. Musa... chora, e chora tanto  
Que o pavilhão se lave no teu pranto!...”*

Castro Alves in *Navio Negreiro*

Este artigo pretende analisar, segundo os pressupostos teóricos da Análise do Discurso (AD) de 'linha francesa', textos jornalísticos que circularam na mídia brasileira, no ano de 2004, com o tema é trabalho escravo e agronegócios. Nosso objetivo, aqui, é percorrer o avesso da trama textual que sustenta os discursos jornalísticos analisados, duvidando da transparência da linguagem, buscando interpretar o silêncio de determinados sentidos a partir da memória-do-dizer, do já-lá sócio-historicamente construído.

---

<sup>1</sup> Departamento de Física e Matemática - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP - 14049-900 - Ribeirão Preto - São Paulo - Brasil. Endereço eletrônico: tantpalavras@uol.com.br

<sup>2</sup> Departamento de Psicologia e Educação - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP - 14049-900 - Ribeirão Preto - São Paulo - Brasil. Endereço eletrônico: smrpacifico@ffclrp.usp.br

Em *Análise do Discurso*, a memória é tratada como interdiscurso. Para Pêcheux (1993, p.315),

a noção de interdiscurso é introduzida para designar "o exterior específico" de uma formação discursiva enquanto este irrompe nesta FD para constituí-la em lugar de evidência discursiva, submetida à lei da repetição estrutural fechada: o fechamento da maquinaria é pois conservado, ao mesmo tempo em que é concebido então como resultado paradoxal da irrupção de um "além" exterior e anterior.

Partindo dessa afirmação, entendemos que a interpretação só acontece quando o sujeito estabelece a relação do texto com a exterioridade, com os sentidos já produzidos e que, de alguma forma, sempre retornam, seja para instaurar a polêmica, seja para estabelecer uma relação contratual com outros textos, outras vozes. Assim sendo, conforme Orlandi (2003, p.31), "o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada", visto que os sentidos não estão prontos, pré-determinados, como postulam as teorias positivistas; pelo contrário, para a AD, o que existem são efeitos de sentido criados no/pelo discurso, no modo de funcionamento deste.

Sabendo, então, que a memória pode ser entendida como aquilo que fala antes, o pré-construído, sentimo-nos instigadas a refletir sobre como o acesso ao interdiscurso que subjaz ao discurso jornalístico, em relação ao trabalho escravo, pode contribuir para a interpretação de determinados sentidos, ou, em direção oposta, como a falta de acesso ao interdiscurso possibilitará ao leitor uma leitura ingênua, a repetição do sentido do texto, em outras palavras, a não-realização de uma leitura sócio-histórica, enfim, levando-o a assumir a fôrma-leitor (PACÍFICO, 2002). Partindo dessas considerações iniciais, faremos algumas análises de textos jornalísticos sobre o tema em questão.

Falar em trabalho escravo, no Brasil, é coisa antiga. Quem não tem boa memória, basta recorrer à memória-do-dizer, ao já-lá, isto é, ao interdiscurso para poder interpretar como a trama que sustenta os sentidos proibidos sobre esse tema é tão antiga quanto a história do Brasil, confunde-se com ela e com seu povo. História essa que, mesmo na tentativa de controle do sentido por parte daqueles que detêm o poder, em cada momento histórico, grita nas entrelinhas, nas canções proibidas, nas vozes de quem denuncia a exploração de parte da população a quem é negado o direito de falar, mas, apesar de tudo isso, os sentidos escapam, transbordam, e são interpretados pelos leitores que estranham o óbvio, que compreendem os deslizamentos do sentido, que percebem os sentidos que, por não serem permitidos, ficaram silenciados.

Segundo Orlandi (1997, p.13), "o silêncio é assim a 'respiração' (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa

significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é 'um', para o que permite o movimento do sujeito". Entendemos que é nesse movimento que alguns leitores interpretam esse silêncio, a possibilidade do múltiplo, da circulação dos sentidos proibidos, enquanto outros, lêem o sentido literal, sem compreender como se dá o processo de construção da significação.

Um bom exemplo do que estamos discutindo pode ser encontrado nos textos que circulam na mídia e o que nos interessa, nesse artigo, é investigar o discurso jornalístico materializando a fala de fazendeiros sobre o trabalho de seus "empregados" em suas fazendas. Para isso, analisaremos a matéria de capa, publicada no jornal Folha de S.Paulo no dia 18 de agosto de 2004, cuja manchete é: "*Lavoura moderna ainda usa escravidão*". A reportagem é dividida em três páginas do caderno principal da Folha (caderno A, p. A4, A6 e A7), destinadas à discussão desse tema e costuradas com a seguinte chamada: "*Lavoura arcaica*", que analisaremos no final desse trabalho.

As análises feitas permitem-nos dizer que o discurso jornalístico sobre o trabalho nas fazendas cria um efeito de sentido que pode ser interpretado, pelo sujeito que assume a fôrma-leitor (PACÍFICO, 2002), como tentativa de ajuda dos fazendeiros para com os trabalhadores, conforme pode ser observado em um recorte da reportagem que tem como manchete "*Agronegócios e pecuária de ponta usam trabalho escravo*" (p. A4): "Há casos de trabalhadores sem documentos. Com pena de vê-los desempregados, os proprietários contratam sem carteira assinada. Mas daí a ser trabalho escravo salta uma grande distância".

A ideologia faz parecer "natural" que os sentidos como ajuda, proteção, amparo, desenvolvimento, tecnologia, exportação, empreendimento, circulem no lugar de sentidos proibidos pela classe dominante, como exploração, escravidão, maus-tratos, crime, ilegalidade, enfim, sentidos que sempre ficaram à margem da nossa história, escrita pelos detentores do poder, para quem o nome e a posição social sempre estiveram associados a prestígio, respeito, ou seja, a sentidos que não combinam com exploração, dominação.

O que nos chama a atenção, também, é a presença do signo "*usam*" na manchete analisada, como também o signo "*prática*" (analisado abaixo). Ao fazer essa escolha lexical, o enunciador apaga de seu discurso sentidos como exploração, pois "*usar o trabalho escravo*" e, também, entendê-lo como uma "*prática*", não cria o mesmo efeito de sentido de "*explorar o trabalho escravo*", apesar de que o leitor mais avisado (aquele que assume a função-leitor, PACÍFICO, 2002) compreenderia que, se é escravo, implicitamente já traz o sentido de exploração.

Sabemos que a escolha lexical está relacionada à parafraseagem e à filiação do sujeito a uma determinada formação discursiva. De acordo com Maingueneau (1993, p.96),

a parafraseagem aparece em AD como tentativa para controlar em pontos nevrálgicos a polissemia aberta pela língua e pelo interdiscurso. Fingindo dizer diferentemente a “mesma coisa” para restituir uma equivalência preexistente, a paráfrase abre, na realidade, o bem-estar que pretende absorver, ela define uma rede de desvios cuja figura desenha a identidade de uma formação discursiva .

Dessa forma, “fingindo” denunciar o trabalho escravo, o enunciador do texto silencia os sentidos proibidos, como dominação, exploração e produz em seu discurso um deslizamento de sentido, isto é, o sentido perverso e arcaico que subjaz à mão-de-obra escrava dá lugar aos sentidos construídos sobre os agronegócios, exportação, enfatizando a relevância da agricultura e da pecuária como negócios para o país, como grandes empreendimentos, como pode ser lido na linha fina *“Pesquisa em relatórios do governo revela que prática avança para grandes empreendimentos”* e num recorte da reportagem *“o trabalho escravo no Brasil acompanha o avanço das fronteiras agrícolas e da pecuária e está presente em grandes empreendimentos agrícolas para a exportação e em modernas fazendas de criação de gado que estão no topo da vanguarda tecnológica”* (p. A4). Podemos interpretar que são criados efeitos de sentidos de ascensão do trabalho escravo, isto é, este tipo de trabalho passa a ser comparado ao desenvolvimento tecnológico do país, não é mais um “trabalho qualquer”, está acompanhando o avanço tecnológico, podendo ser considerado um “produto tipo exportação”, é o trabalho escravo moderno, que cresce com o país, participa desse crescimento, como se isso fosse positivo, natural.

Observamos, aqui, o jogo criado pelo jornal, ou seja, o de migrar de uma posição discursiva para outra, tentando levar o leitor nessa trajetória. Queremos dizer com isso que, o enunciador do texto simula ocupar a posição discursiva de denúncia do trabalho escravo, expectativa criada pela manchete da capa *“Lavoura moderna ainda usa escravidão”*, em que o advérbio *“ainda”* deixa implícito que a escravidão não deveria ser usada, marcando uma oposição tanto de temporalidade quanto semântica (moderna X escravidão/arcaica). No entanto, como o jornal é um veículo de comunicação ligado à classe dominante, que em grande parte é proprietária de terras e investimentos em agronegócios, o enunciador é capturado ideologicamente e migra para outra posição discursiva, não a de denunciador, mas sim, a daquele que defende os interesses da classe dominante, deixando, no caso, de falar sobre o trabalho escravo, ou melhor, fazendo parecer que este trabalho pode desenvolver-se junto ao país e, também, usando palavras que amenizem os sentidos proibidos, como por exemplo, no enunciado *“É a face obscura de parcela do agronegócio, uma cicatriz escondida em meio à riqueza”* (A4). Logo, podemos inferir que, se é uma *“cicatriz”*, não dói, já está curada, em outras palavras, esse assunto é

tão velho que não sangra mais, não é mais um grande problema que mereça espaço no jornal.

Por outro lado, é conveniente à mídia atribuir os sentidos proibidos aos dominados, aos trabalhadores, criando-se uma ilusão de que são eles que não contribuem com a ordem do país, que não estão satisfeitos com as condições de trabalho e, assim, instaura-se uma luta de vozes, em que a voz dos mais fortes sempre tenta abafar a voz dos mais fracos, como neste outro exemplo:

O representante da empresa no Brasil, Joost Christian Brands Smit, afirma que a multinacional agiu errado ao não assinar as carteiras dos safristas, mas não considera ter havido exploração de trabalho escravo. Ele negou também que houvesse crianças trabalhando na propriedade, conforme diz o relatório da fiscalização.

Tal enunciado materializa a dialética do senhor do engenho e do escravo que, datada sócio-historicamente, nada mais é do que a luta de classes no Brasil, de ontem (arcaico) e de hoje (moderno). Como vemos, o discurso jornalístico das grandes corporações midiáticas funciona como porta-voz dos fazendeiros e dos representantes das multinacionais, conferindo-lhes o direito de falar, de argumentar e, fazendo circular estes sentidos sem manifestar um estranhamento, a mídia, implicitamente, avaliza tais sentidos de legitimação da exploração e escravidão.

Em contraponto a isso, o espaço para falar não foi concedido aos trabalhadores (escravos); dessa forma, fica difícil para um "safrista" poder denunciar uma situação que está fora da ordem, se para ele não há porta-voz e, também, não há ouvintes. A luta de vozes que deveria ser instaurada aqui, não acontece e o que temos é que esta silencia a polêmica ao naturalizar determinados sentidos legitimados pela classe dominante e apaga outras possibilidades de interpretação para a maioria dos leitores. De acordo com Pêcheux (1990, p.18), "a representação do povo como locutor (discurso relatado) está ausente, e a possibilidade de que o povo ocupe um lugar de orador está excluída, pois anularia a função do porta-voz".

Podemos dizer que, apesar das tentativas de transformação social e das mudanças nas relações entre fazendeiros e trabalhadores e da ilusão de que hoje os sentidos podem circular "livremente", existem mecanismos que asseguram o silenciamento de determinados sentidos e ainda vivemos num "Pelourinho Brasil".

## Ecoss da Senzala: de como o discurso jornalístico legitima ou silencia sentidos

*“Auriverde pendão de minha terra,  
Que a brisa do Brasil beija e balança,  
Estandarte que a luz do sol encerra  
E as promessas divinas da esperança...  
Tu que, da liberdade após a guerra,  
Foste hasteado dos heróis na lança  
Antes te houvessem roto na batalha,  
Que servires a um povo de mortalha!”*

Castro Alves in *Navio Negroiro*

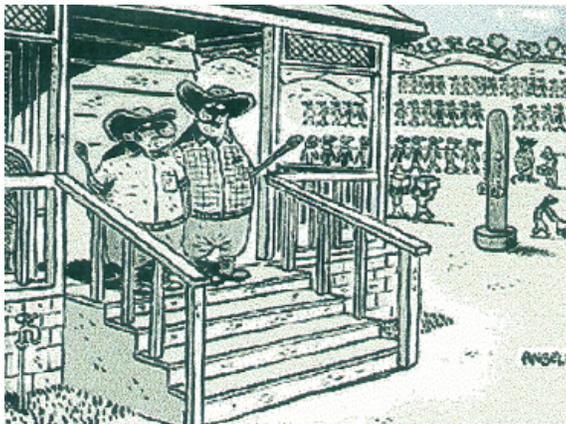
Passamos agora a interpretar dois cartuns, publicados na Folha de S.Paulo no ano de 2004, em que o trabalho escravo foi materializado, de modo a fazer circular sentidos condenatórios dessa prática tão naturalizada ao longo da história nacional e na/pela memória discursiva inscrita sócio-historicamente em relação desigual entre os proprietários de terras e os trabalhadores rurais.

É importante dizer que o período em que colhemos os nossos dados corresponde ao final do primeiro e início do segundo ano do governo Lula, que discursivamente instalaria outros sentidos, a saber, aqueles derivados de reivindicações, mobilizações populares de natureza sindical e luta pela cidadania dos trabalhadores (ROMÃO, 2005). A agenda política de campanha previa um forte investimento nas áreas sociais, a erradicação da fome, o combate ao desemprego, o acerto de contas do ajuste fiscal e a soberania nacional. Com um discurso forte, o presidente foi acolhido no dia da posse por milhares de simpatizantes. No Congresso, o hino nacional foi cantado mais alto e a fantasia da vitória passou a ser a cantilena de milhões de brasileiros. Mas nem tudo são flores no país que recebe “a herança maldita” de dívidas internas e externas deixadas pelos governos anteriores; que continua a manter acordos econômicos afinados com o capital internacional e que tem quase um terço da população vivendo em condição de indigência.

Dentre vários fatos marcantes ocorridos durante o primeiro ano do governo Lula, escolhemos um que dialoga com o tema desse artigo: o assassinato de fiscais federais que investigavam fazendas mineiras suspeitas de utilizar mão-de-obra escrava. Tal tema, por demais espinhoso, mereceu depoimentos de autoridades de vários escalões; inundou páginas da imprensa televisiva, eletrônica e impressa e, por fim, revelou um Brasil profundamente escravagista, atrasado e injusto no tocante à legalidade do trabalho e às condições dos trabalhadores rurais.

Os dois cartuns de Angeli, publicados no jornal Folha de S.Paulo no período já citado, marcam momentos de maior exposição do tema na

imprensa e instalam, no discurso jornalístico, um lugar de contestação e indignação pela veia da sátira.



- Ô, compadre, você que é senador, me explica:  
quem foi essa tal de princesa Isabel!

Figura 1: Cartum de Angeli extraído do jornal Folha de S.Paulo. 15.02.04

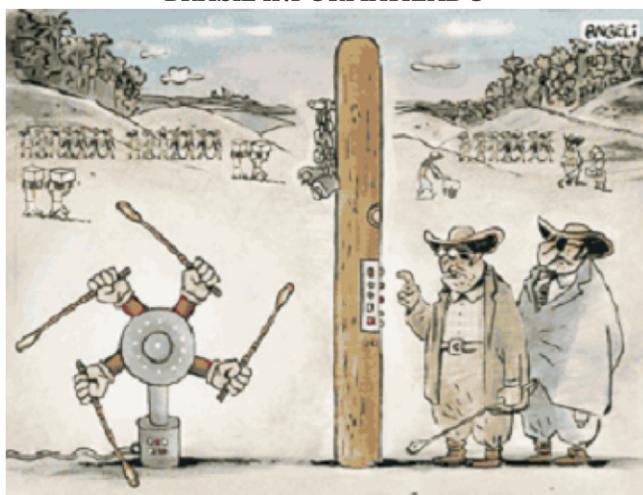
Chama-nos atenção, em primeiro lugar, o título desse cartum: "*Pelourinho Brasil*", que demanda a interpretação do significado histórico de pelourinho, o local de tortura e punição dos escravos que se rebelavam contra os açoites do cativo. Se o tronco era o lugar do sacrifício, é bom lembrar que as dores dos escravos não eram choradas apenas no momento em que as chibatadas, queimaduras, cortes e amarras entravam em cena. Toda configuração do trabalho escravo constituía elementos dados pela sobrecarga de horas de esforço físico, precárias condições de habitação, alimentação pouca e atendimento de saúde apenas quando a mercadoria corria risco de morte.

Nas várias definições encontradas, o pelourinho é descrito como o pátio central do espetáculo da crueldade, espaço que promove a exposição pública do corpo torturado e ritualiza a severidade no trato da desobediência dos negros rebelados e perigosos. A contundente força do aparelho repressor de então era usada pela classe dominante, proprietária da terra e dos bens de produção. À maioria dos trabalhadores rurais escravizados restava a lida da mecânica braçal dentro de um cotidiano de expropriações. O que nos interessa aqui é mostrar como esses sentidos são emprestados da/na memória discursiva para serem re-atualizados no trabalho de Angeli. Os sentidos já-ditos deslizam, são modificados e deixam-se permanecer nos efeitos de massacre, tortura, exploração, violência, abolição de direitos e desumanização, que retornam agora revitalizados pelo trabalho escravo nos latifúndios do país.

Os “compadres” são apresentados como fatores do novo capítulo de sacrifício e exploração desumana de trabalhadores. Estes, por sua vez, são apresentados com correntes no pescoço, o que indicia as mesmas representações de outrora: falta de liberdade, tortura e silenciamento de direitos. Há aqui a manutenção da dinâmica do senhor e do escravo: sob o jugo e domínio dos senhores, os trabalhadores andam enfileirados, gestualmente contidos, sem identidade nem feições particulares. A representação do cenário e dos personagens podem, a princípio, parecer amarelados pela distância do tempo, são conhecidos no cotidiano do “Pelourinho Brasil” das fazendas de hoje. Os dois personagens são diferentes entre si nas profissões, um é senador e o outro ruralista, mas a afetuosidade os une e alinha, aproximados pela amizade e pela intimidade, que garante até mesmo que uma pergunta tão tola sobre a história do Brasil seja feita: “*Quem foi essa tal de princesa Isabel?*”. Nessa pergunta, reside a ironia ácida, que denuncia uma situação que está fora da ordem da legalidade; que debocha, por meio do humor, da manutenção do crime do trabalho escravo, diga-se de passagem, muito freqüente e de difícil combate no país. Além do trabalho escravo, a corrupção endêmica é outro problema nacional. A cultura de levar vantagem em tudo (conhecida popularmente como o jeitinho brasileiro) e o favorecimento pessoal com verbas públicas e acordos feitos nos bastidores da política constituem elementos persistentes na memória e na política brasileiras, tanto quanto os sentidos dados pela escravidão. Considerando que os sentidos sempre retornam, como já discutimos no início desse artigo, e que existe um interdiscurso sustentando a construção dos textos, o diálogo do cartum com a matéria jornalística da Folha de S.Paulo reverberou na produção abaixo.

Queríamos registrar, no entanto, que não se trata de um diálogo textual encadeado cronologicamente, mas um diálogo temático que subjaz à produção textual e que se faz necessário para que o leitor remeta esse dizer ao arquivo, possibilitando, assim, o seu gesto de interpretação.

## BRASIL INFORMATIZADO



- O conceito é o mesmo, só que agora eu posso programar o número e a intensidade das chibatadas!

Figura 2: Cartum de Angeli extraído do jornal Folha de S.Paulo. 21.06.04

É interessante frisar que, nos dois cartuns de Angeli, o trabalho escravo aparece configurado e representado como tal. Os trabalhadores amarrados, presos por argolas, enfileirados como em campos de concentração, trabalhando em um cenário que materializa latifúndios improdutivos. É nas longas extensões de terra, desenhadas sem plantação, com a serra literalmente pelada, que o trabalho escravo engendra o seu ângulo perverso e criminoso, metaforizado pelo pelourinho, que conforme vimos, agora recebe nova formatação: o computador e/ou o apoio da informática. Os mesmos "compadres" do primeiro cartum reaparecem decrépitos em seu corpanzil grosseiro com o mesmo rosto mafioso, mas agora detentores de um elemento novo: o teclado, que digitalmente executa o número e a intensidade das chibatadas.

Um elemento visual que nos chama a atenção é o instrumento de tortura, que outrora aparecia na mão dos senhores e agora se desloca à máquina com o detalhe de aparecer multiplicado, já que quatro mãos mecânicas se prendem a uma roda d'água de castigo e horror. Os efeitos de sentido, gestados na confluência do texto e do traço, são múltiplos, pois sabemos que o sentido não é único nem qualquer um. O aumento e a ampliação das condições desumanas, exploratórias e ilegais nas relações de trabalho no campo significam e fazem falar um país de contrastes absurdos, que ainda hoje mantém o tumor escravagista se espalhando pelo seu corpo. País este que se constitui e costuma ser representado pela grandiosidade natural, cordialidade do povo e rompantes de potência econômica, mas que vê crescer a precarização e escravização de parte representativa de camponeses e trabalhadores rurais engolidos (e depois

vomitados) pela sanha exploratória de latifundiários. Um país que informatiza e escraviza; que se reveste de uma tecno-república de bananas envernizada para fazer funcionar relações materiais predatórias e coloniais de impedir o acesso à terra, ao trabalho e à cidadania. Os grilhões da miséria que prendem o corpo escravo são os mesmos, o pelourinho da desigualdade também; de modo que o mecanismo de submissão ao açoite e à tortura permanece real, por isso o cartum marca que “o conceito é o mesmo”. A única diferença é que agora o computador realiza o que antes era feito por mãos feitoras, ou seja, a mecanização e automação do pelourinho atribuem ao país o condinome de “Brasil informatizado”. E daí deriva o risível e a crítica: como atribuir crédito de desenvolvimento econômico e governabilidade política a um país que apenas desenvolve os seus mecanismos históricos, diga-se de passagem, de vitimizar trabalhadores, no caso, rurais? Será possível adotar a linha de enaltecer o crescimento econômico, fazer análises macroestruturais favoráveis, alardear que aqui o eldorado latino-americano cresce os seus tentáculos de credibilidade e segurança, quando a escravidão no campo continua viva e, pior, sem perspectiva de término?

Os cartuns materializam um discurso em que a língua manifesta a inscrição social dos confrontos de poder existentes entre aqueles que detêm o privilégio da concentração da terra e a chibata e aqueles que só dispõem de sua força de trabalho (ROMÃO, 2002). Também indiciam a quem é permitido açoitar e manter pelourinhos em pleno século XXI, usando a tecnologia para perpetuar o mesmo processo de escravatura que nos faz ouvir os ecos da senzala. Assim, o mecanismo que torna cativos, prisioneiros e escravos os trabalhadores rurais mudou pouco, já que o país ainda conserva uma concentração de terra exorbitante e o rigor das práticas de violência dos “compadres” apenas se aperfeiçoou tanto, que merece o estatuto de informatizado.

A chibata e o pelourinho fazem circular sentidos silenciados na reportagem jornalística de capa da Folha, lugar em que o sujeito do discurso calou aquilo que era tido como inconveniente dizer e interditado gritar. Nos traços de Ângeli, outros sentidos se instalam, a saber, a posição inconformista e denunciatória de um quadro inaceitável de exploração e desumanidade de relações trabalhistas apoiadas na tríade do cárcere, coerção e tortura. Aqui o sujeito desenha a nova configuração dos navios negreiros de ontem, que agora rasgam o país até mesmo em regiões desenvolvidas como o estado de Minas Gerais, por exemplo; estas embarcações, empresarialmente vinculadas ao mundo do *agrobusiness* comandam redes, concentram cifras e determinam grilhões.

Colocar a imagem e o texto delineados pelo signo da contradição, entre o atraso de relações de escravatura e o avanço tecnológico, provoca o riso-sem-graça, que no fundo é pura vergonha de precisar evocar páginas sangrentas da memória nacional para significar a realidade de hoje. Esse

processo de recorrência ao já-lá para fazer falar sentidos, como condição de legibilidade, foi apresentado por Orlandi (1999, p.64) da seguinte forma: “a memória - o interdiscurso - como definimos na análise do discurso - é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já-dito que possibilitar todo dizer”. Esse mecanismo de filiação é condição do dizível, assim, continua a autora, a memória é “algo que fala antes em outro lugar, independentemente. Palavras já ditas e esquecidas, ao longo do tempo e de nossas experiências de linguagem que, no entanto, nos afetam em seu esquecimento”.

Entranhada na lavra da palavra, a memória reverbera sentidos, amplifica ecos de confrontos entre vozes e adensa a zona tensa de disputa entre lugares discursivos. No discurso jornalístico, materializado nos/pelos grandes veículos de comunicação, os sentidos calados e proibidos existem e resistem, subvertem e teimam em aparecer, ainda que e principalmente nos traços do cartunista, pois como nos ensina Orlandi (1999, p.67): “o que foi censurado não desaparece de todo. Ficam seus vestígios, de discursos em suspenso, in-significados e que demandam, na relação com o saber discursivo, com a memória do dizer, uma relação inequívoca com as margens do sentidos, suas fronteiras, seus des-limites.”

Pensando nas questões acima, merece atenção a chamada jornalística “*Lavoura arcaica*”, anunciada no início desse artigo, que a Folha de S.Paulo usou para marcar as reportagens sobre o trabalho escravo ao longo de algumas edições. O rastreamento da memória evocada e materializada nessa/por essa designação nos conduz à obra literária de Raduan Nassar com título homônimo.

Não cabe aqui resumir uma obra como essa, de monumental densidade, cujas bordas se dobram em metáforas, mas vale registrar alguns pontos nodais da trama narrativa para interpretar o que retorna no discurso jornalístico.

O diálogo inicial coloca frente a frente dois irmãos em um quarto de pensão; o mais velho tenta convencer o mais novo a voltar à casa paterna, tal cena dura a maior parte do livro, intitulada “*A partida*”. Sermões do pai, trabalho com a terra e a lida com animais, afeição superprotetora da mãe, jantares simples regados à tradição do pão caseiro, parábolas e histórias narradas de modo ritualizado, ambiente familiar de valores conservadores centrados na noção de que o tempo passa, mas certos princípios permanecem, tudo isso engendra a arquitetura da temporalidade que conserva, fixa, mantém, cristaliza e normatiza a vida, domesticando os desvios e as diferenças. “O amor, a união e o trabalho de todos nós junto do pai era uma mensagem de pureza austera guardada em nossos santuários, comungada solenemente em cada dia, fazendo o nosso desjejum matinal e o nosso livro crepuscular” (NASSAR, 1975, p.18).

Há respeito, rigor e severidade nas relações familiares, instalada pelos papéis determinados, constituídos na/pela ordem patriarcal, que promove o jugo e a farda da lei; dita convenções e preceitos.

O mundo das paixões é o mundo do desequilíbrio, é contra ele que devemos esticar o arame das nossas cercas, e com as farpas de tantas fiadas tecer o crivo estreito, e sobre este crivo emaranhar uma seve viva, cerrada e pujante, que divida e proteja a luz calma e clara da nossa casa, que cubra e esconda dos nossos olhos as trevas que ardem do outro lado; e nenhum de nós há de transgredir essa divisa, nenhum entre nós há de estender sobre ela sequer a vista, nenhum entre nós há de cair jamais na fervura desta caldeira insana, onde uma química frívola tenta dissolver e recriar o tempo. (NASSAR, 1975, p.52)

Em oposição a isso, o relato de André, filho mais novo, faz circular a desobediência, que se cala e fala dentro de si e da família. Ao sabor de gritos e silêncios (que significam), o personagem corta a lâmina das horas regularizadas; desfaz a tecelagem do normatizado; rompe a ordem sexual estabelecida pelo incesto com sua irmã Ana. A questão candente aqui é algo que desestabiliza e rasga os sentidos postos pelo discurso do pai, no corpo em carne viva, febril de desejos interditados. A ordem, figurativizada pela casa familiar (tantas vezes descrita e referenciada) e pelo trabalho (seja amassando o pão ou plantando a semente), é arrebatada na pele pelo desejo proibido e pelos caminhos espasmódicos e convulsionados de lavar a dor da interdição. André, lava-dor e afirma: "que a minha loucura era mais sábia que a sabedoria do pai, que a minha enfermidade me era mais conforme que a saúde da família, que os meus remédios não foram jamais inscritos nos compêndios, mas que existia uma outra medicina" (Nassar, 1975, p.105). Em outro momento, o mesmo personagem assegura que:

Toda ordem traz em si uma desordem, a clareza, uma semente de obscuridade, não é por outro motivo que eu falo como falo [...]. Por ora não me interessa pela saúde de que o senhor fala, existe nela uma semente de enfermidade, assim como na minha doença existe uma semente poderosa de saúde. (NASSAR, 1975, p.155-156)

Em síntese, tal discurso de resistência, rebeldia e destruição da ordem já dada pode ser entendido da seguinte forma: "*À lei paterna o filho opõe os direitos da libido*" (MOISÉS, 1996, p.69).

É claro que outros conflitos se apresentam de maneira intensa na narrativa, entremeada por brilhantes experimentos de linguagem, mas nos interessa falar do confronto entre as posições de pai e filho, que significam e marcam efeitos, a saber, de ordem e rebeldia, norma e desejo, proibição e desobediência, tradição e cio, especialmente emoldurados pelos diálogos da segunda parte do livro, "*O retorno*", em que a ordem estabelecida é questionada pelo filho em um diálogo denso. "À terra, o trigo, o pão, a mesa, a família (a terra); existe neste ciclo, dizia meu pai nos seus sermões, amor, trabalho, tempo" (NASSAR, 1975, p.177) aparece pelo seu avesso de tensão, violência, medo e morte.

Quando emprestada da literatura e materializada na página do jornal, a memória faz sentidos apenas a alguns leitores e não para todos de maneira homogênea, pois, como sabemos, os saberes e os sentidos são inscritos socialmente. Somente aqueles que percorreram os corredores dos conselhos do pai (silenciando a desordem) e os labirintos desejantes da carne de André (que clama por significação) são capazes de ressignificar a chamada jornalística “*Lavoura arcaica*”; só eles têm acesso ao arquivo e, portanto, passearam pelas zonas já-ditas dessa memória, podendo reconstruir o que dela retorna, emerge e desliza.

Capturado pela ideologia dominante, que fixa um sentido como aceito e legítimo, o pai edifica uma moral que, para ele, é única, impossível de ser outra. Aos que desobedecem-na, resta o castigo de ser silenciado, expulso, exilado e/ou morto. Da mesma forma, no Pelourinho Brasil, alguns sentidos são naturalizados como verdadeiros e únicos e o castigo do tronco, das chibatadas silencia o que é indesejável e ameaçador para a continuação da hierarquia de poder já-construída e já-dita. Legitimam-se a estratégia retórica e o mecanismo simbólico que tenta calar; que tenta não dar voz aos que se opõem à ordem dada; que tenta interditar os efeitos de emancipação e resistência e, por fim, que tenta abafar os desejos, clamores e ardências que possam desestabilizar aquilo que se mantém sob controle na esfera de poder de alguns. Tenta, mas não consegue de todo, pois atos de calar, proibir e silenciar corresponde uma estratégia de resistência do sujeito para dizer, posto que ele se move buscando espaços para significar (-se), ainda que por meio do incesto de um personagem na narrativa, ainda que por meio do traço irônico nos cartuns.

No nosso caso, o discurso jornalístico das grandes corporações de comunicação faz falar a posição de poder, que legitima a força do capital na roupagem da exuberância do agronegócio, até mesmo quando pretende denunciar o trabalho escravo nos latifúndios; entretanto, não consegue calar a denúncia e a crítica, que são desenhadas e faladas pelos cartuns de Angeli. Manoel de Barros (1998, p.13) confirma-nos que “*bom mesmo é corromper o silêncio das palavras*”; no que acrescentamos, com as palavras dispostas no jornal se podem multiplicar interdições e silenciamento de certos sentidos, mas como a linguagem é a arena de combates, confrontos e enfrentamentos, eles sempre retornam, latejando em outro lugar como ferida e não como cicatriz.

ROMÃO, L. M. S.; PACÍFICO, S. M. R. From wound to scar: the persistence of the slave work in the world of agrobusiness. *Alfa*, São Paulo, v.49, n.1, p.185-198, 2005.

*ABSTRACT: This article intends to investigate, guided by the French Discourse Analysis Theory, how the journalistic discourse silences and / or brings back some senses about the slave work. We are also interested in reflecting on the role of memory in the interpretation of the socially inscribed senses in texts from delimited powerful regions in a particular historical situation. The collected corpus to be analysed consists of journalistic reports and cartoons materialized on the pages of Folha de S.Paulo, 2004, as well as extracts from the literary work Lavoura Arcaica by Raduan Nassar.*

*KEYWORDS: Interdiscourse; sense; ideology; silence; journalistic discourse; slave work.*

## Referências bibliográficas

- BARROS, Manoel. *Retrato do artista quando coisa*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1993.
- MOISÉS, L. P. Da cólera ao silêncio. *Cadernos de Literatura Brasileira do Instituto Moreira Sales, São Paulo*, v. 2, p. 61-67, 1996.
- NASSAR, R. *Lavoura arcaica*. Rio de Janeiro: Olympio, 1975.
- ORLANDI, E.P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2003.
- \_\_\_\_\_. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- \_\_\_\_\_. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: PECHÊUX, M. et al. *O papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 59-69
- PACÍFICO, S. M. R. *Argumentação e autoria: o silenciamento do dizer*. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.
- PECHÊUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. Trad. José Horta Nunes. *Caderno de Estudos Lingüísticos, Campinas*, n.19, p.7-24, jul/dez, 1990.
- \_\_\_\_\_. A análise do discurso: três épocas (1983). In: GADET, F e HAK, T. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 311-318.
- ROMÃO, L. M. S. O grito que faz nascer a manhã (ou o manhã). *Revista Brasileira de Lingüística Aplicada*, v. 5, n. 1, BeloHorizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.
- \_\_\_\_\_. *O litígio discursivo materializado no MST: a ferida aberta na nação*. Ribeirão Preto: FFCLRP - USP, 2002.

## ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Ação, p.87
- Adjunto adverbial, p.65
- Alteridade, p.31
- Argumentação, p.51
- Argumento, p.87
- Atenuação, p.123
- Avaliação, p.51
- Caso semântico, p.87
- Citação, p.65
- Composicionalidade, p.139
- Condicional, p.123
- Constituintes extrafrasais, p.103
- Construção proverbial, p.139
- Dialogismo, p.7
- Discurso, p.31, 51
- Discurso jornalístico, p.185
- Estado, p.87
- Gêneros discursivos, p.7
- Gramática Funcional, p.65, 103
- Gramática Funcional do Discurso, p.103
- Heterogeneidade, p.31
- Heterogeneidade enunciativa, p.7
- Hipoteticidade, p.123
- Ideologia, p.185
- Idiomaticidade, p.139
- Interdiscurso, p.185
- Letramento, p.31
- Linguística cognitiva, p.139
- Mesclagem, p.139
- Narrativa, p.31
- Narrativas escolares, p.7
- Persuasão, p.51
- Polidez, p.123
- Polifonia, p.65
- Preservação da face, p.123
- Processo, p.87
- Projeção, p.139
- Retórica, p.51
- Satélites, p.65, 103
- Sentido, p.185
- Silenciamento, p.185
- Trabalho escravo, p.185
- Valência, p.87

## SUBJECT INDEX

- Action, p.87  
Adverbial constituents, p.65  
Alterity, p.31  
Argument, p.51, 87  
Blending, p.139  
Cognitive Linguistics, p.139  
Compositionality, p.139  
Conditional, p.123  
Dialogism, p.7  
Discourse, p.31, 51  
Discursive genres, p.7  
Enunciative heterogeneity, p.7  
Extra-clausal constituents, p.103  
Face saving, p.123  
Functional Discourse Grammar, p.103  
Functional Grammar, p.65, 103  
Heterogeneity, p.131  
Hypotheticality, p.123  
Ideology, p.185  
Idiomatcity, p.139  
Interdiscourse, p.185  
Journalistic discourse, p.185  
Literacy, p.31  
Mitigation, p.123  
Narrative, p.31  
Persuasion, p.51  
Politeness, p.123  
Polyphony, p.65  
Process, p.87  
Projection, p.139  
Proverbial construction, p.139  
Quotation, p.65  
Rhetoric, p.51  
Satellites, p.65, 103  
Semantic case, p.87  
Sense, p.185  
Silence, p.185  
Slave work, p.185  
State, p.87  
Valence, p.87  
Verbal interaction, p.7  
Writing, p.7  
Written tests, p.51

## ÍNDICE DE AUTORES

### *AUTHOR INDEX*

BORGES GUTIERRE, M. M., p.7

GASPARINI-BASTOS, S. D., p.103

IGNÁCIO, S. E., p.87

JESUS, I. T., p.139

MARIANO, M. R. C. P., p.51

OLIVEIRA, T. P., p.123

PACÍFICO, S. M. R., p.185

PEREIRA, A. C., p.31

PEZATTI, E. G., p.65

ROMÃO, L. M. S., p.185

TFOUNI, L. V., p.31

# NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

## Informações gerais

A *Alfa*: Revista de Lingüística publica trabalhos inéditos de autores da UNESP e de outras instituições nacionais ou internacionais na forma de artigos, retrospectivas, resenhas e traduções. Só serão aceitas as resenhas de livros que tenham sido publicados no Brasil, nos dois últimos anos, e, no exterior, nos quatro últimos anos. Dois membros do Conselho Editorial emitirão parecer sobre os trabalhos, aprovando-os ou sugerindo as alterações que julgarem necessárias. Em caso de um parecer ser favorável e outro contrário, o trabalho será enviado a um terceiro membro do Conselho Editorial.

Os trabalhos poderão ser redigidos em português ou em outro idioma. O Título, o Resumo e as Palavras-chave que precedem o texto deverão ser escritos no idioma do artigo; os que sucedem o texto, (Título, Abstract, Keywords), em inglês.

## Preparação dos originais

*Apresentação.* Num primeiro momento, os autores enviarão à Comissão Editorial 3 cópias impressas do trabalho e uma cópia em disquete. Em duas dessas cópias, não deverá constar nem o nome dos autores, nem o da instituição à qual estão filiados, nem qualquer outro tipo de referência que possa identificá-los. Na terceira cópia, o nome e a instituição de filiação deverão estar presentes. O trabalho deverá ser impresso em Word for Windows, versão 6.0 ou 7.0, em papel tamanho A4 (21 cm x 29,7 cm), com margens superior e inferior de 2,5 cm e com margens direita e esquerda de 3,0 cm. A fonte deverá ser Times New Roman, tamanho 12. O trabalho deverá ter uma extensão máxima de 30 páginas (incluindo bibliografia) digitadas com espaçamento duplo.

A Comissão Editorial encaminhará os trabalhos para dois membros do Conselho Editorial, para julgamento. Depois da análise, os trabalhos serão devolvidos aos

autores juntamente com cópia dos pareceres. Num segundo momento, quando aceitos os trabalhos, os autores introduzirão as eventuais modificações e deverão remeter, além do texto em disquete, duas cópias dos trabalhos.

*Estrutura do trabalho.* Os trabalhos devem obedecer à seguinte seqüência: **título**, que deve ser centralizado, em maiúsculas com negrito, no alto da primeira página; **nome do autor**, por extenso e apenas o último sobrenome em maiúsculas, duas linhas abaixo do título, alinhado à direita; **filiação científica**, em nota de rodapé, puxada no final do nome do autor, constando o departamento, o nome da faculdade ou instituto, o nome da universidade (em sigla), o CEP, a cidade, o estado, o país e o endereço eletrônico do autor; **resumo** (com, no máximo, 200 palavras), duas linhas abaixo do título, sem adentramento e em espaçamento simples; mantendo-se o espaçamento simples, duas linhas abaixo do resumo deverão constar as **palavras-chave** (no máximo 7), separadas por ponto-e-vírgula. A Comissão Editorial sugere que, para facilitar a localização do trabalho em consultas bibliográficas, as palavras-chave sejam retiradas de Thesaurus da Lingüística, ou correspondam a conceitos mais gerais da área do trabalho. Duas linhas abaixo das palavras-chave, inicia-se o **texto**, em espaçamento duplo. Os subtítulos correspondentes a cada parte do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito sem numeração e sem adentramento; duas linhas após o término do texto, à esquerda, em negrito e sem adentramento, deverão constar **agradecimentos** (quando houver), **título** (em inglês), **abstract** e **keywords**. Duas linhas abaixo, à esquerda, em negrito e sem adentramento, deverão figurar as **referências bibliográficas**, em ordem alfabética e cronológica, indicando os trabalhos citados no texto. Após as referências, deverá figurar a **bibliografia consultada** com a indicação de obras consultadas ou recomendadas, não

referenciadas no texto, também em ordem alfabética e cronológica.

**Referências Bibliográficas.** Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT, de agosto de 2002.

**Abreviaturas.** Os títulos de periódicos deverão ser abreviados conforme o Current Contents. Exemplos:

#### **Livros e outras monografias**

LAKATOS, E. M., MARCONI, M.A. Metodologia do trabalho científico. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986. 198p.

#### **Capítulos de livros**

JOHNSON, W. Palavras e não palavras. In: STEINBERG, C. S. Meios de comunicação de massa. São Paulo: Cultrix, 1972. p.47-66.

#### **Dissertações e teses**

BITENCOURT, C. M. F. Pátria, civilização e trabalho: o ensino nas escolas paulista (1917-1939). 256f. 1988. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

#### **Artigos e periódicos**

ARAÚJO, V.G. de. A crítica musical paulista no século XIX: Ulrico Zwingli. ARTEunesp, São Paulo, v.7, p.59-63, 1991.

#### **Trabalho de congresso ou similar (publicado)**

MARIN, A. J. Educação continuada. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1., 1990. Anais... São Paulo: UNESP, 1990. p.114-8.

**Citação no texto.** O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, em letras maiúsculas, separado por vírgula da data de publicação (BARBOSA, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: "Morais (1955) assinala..." Quando for necessário

especificar página(s), estas deverão seguir a data, separadas por vírgula e precedidas de p. (MUNFORD, 1949, p.513). Às citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (PESIDE, 1927a) (PESIDE, 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos poderão ser indicados, separados por ponto e vírgula (OLIVEIRA; MATEUS; SILVA, 1943), e quando houver mais de 3 autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (GILLE et al., 1960). As citações diretas, no texto com mais de três linhas deverão ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra tamanho 11 e sem aspas (NBR 10520 da ABNT de agosto de 2002).

**Notas.** Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página, as remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

**Anexos e/ou Apêndices.** Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

**Figuras.** Desenhos, gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos (em papel vegetal e tinta nanquim, ou computador); fotografias (em papel brilhante); radiografias e cromos (em forma de fotografia). As figuras e suas legendas devem ser claramente legíveis após sua redução no texto impresso de 13 x 19 cm. Devem-se indicar, a lápis, no verso: autor, título abreviado e sentido da figura. Legenda das ilustrações nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e iniciadas pelo termo FIGURA.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas serão devolvidos aos autores, ou serão solicitadas adaptações, indicadas em carta pessoal.

